



Editorial

"Caminhando e cantando e seguindo a canção, aprendendo e ensinando uma nova lição"

Quando fechávamos esta edição do FÊMEA a apuração das eleições estava em pleno curso. Festejávamos as vitórias obtidas pelo movimento de mulheres na Conferência Internacional População e Desenvolvimento - Cairo'94, e os avanços da Conferência Regional para a Integração da Mulher no Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina e do Caribe. Acompanhávamos apreensivas os resultados parciais fornecidos pelo TSE para sabermos quantas e quais mulheres tinham chances de se elegerem. Procurávamos perceber o quadro geral das candidaturas que se confirmavam nas urnas, para visualizar em que medida os compromissos e a vontade política de nossos(as) representantes - no executivo e no legislativo, federal e estadual - contribuiriam para a igualdade formal e real entre mulheres e homens.

O poderoso mundo da política, habitado até muito pouco tempo exclusivamente por homens, brancos, "cultos" e heterossexuais, está em crise e o novo emerge, ainda que de forma incipiente, mas já podemos ver os seus sinais nos resultados da Conferência do Cairo, na Conferência Regional da América Latina e do Caribe Preparatória para Pequim'95, na cara negra e nos batons que estão adentrando e confirmando-se nos espaços do poder no nosso país.

Objetivamos algo muito maior e caminhamos no sentido de romper com as velhas formas de fazer política e de exercer o poder. Nesta trajetória da periferia para o centro vamos conhecendo a estrada, crescendo a cada passo e tropeçando sem cair, contornamos obstáculos intransponíveis e amargamos derrotas, mas sempre sem perder de vista a meta.

CONFERÊNCIAS: MULHERES FORAM AO CAIRO E IRÃO À PEQUIM '95

– Páginas 4 e 5 –

Eleição: A mulher na urna

– Páginas 2 e 3 –

Congresso: Última chance para aprovar nossos projetos

– Página 6 –

Voto

A mulher na urna

As mulheres querem ganhar nas urnas, conquistar o voto do eleitor e mostrar que têm capacidade para governar. A história política do movimento feminista tem se caracterizado por um somatório de esforços para provar a capacidade e a competência administrativa das mulheres na vida pública nacional. Dos homens não é exigido tamanho esforço, afinal, eles ainda dominam o cenário. Mas para as mulheres!... Tudo é mais difícil. A conquista do direito de votar foi quase uma revolução e outras tantas vieram no seu rastro, como bem ilustra a vitória da primeira prefeita eleita no Brasil, em 1929, Alzira Soriano, da cidade de Lages, Rio Grande do Norte.

Ela penou nas mãos e no verbo dos machões locais. Pudera, além de mulher, tinha apenas 31 anos de idade e era viúva. O imaginário coletivo foi tão rico em bandalheiras que Alzira precisou distribuir bofetões para exigir respeito. Mais de meio século após a eleição da valente potiguara, 869 mulheres encaminharam pedido de registro de suas candidaturas aos tribunais eleitorais para disputar a recente eleição geral de três de outubro. Nenhuma delas concorreu à Presidência da República, mas duas apareceram como vice: Íris Rezende, do PMDB, que compôs com Orestes Quércia, e Maria Gardênia Santos Gonçalves, do PPR, na chapa de Esperidião Amin.

Este ano foi possível saber com exatidão quem eram as mulheres candidatas e o número que representavam em todo o País. Até então, conhecíamos apenas o número de eleitoras. Pois bem, representamos mais de 55% dos votos e, como maioria, temos o direito de eleger nossas legítimas representantes. Até a eleição passada, o próprio Tribunal jogava contra nós.



Só homens participaram da eleição para à Presidência da República. As mulheres continuam enfrentando resistência dentro dos partidos.

Não constava das fichas de inscrição o sexo do candidato. E, com certeza, eles não eram assexuados. Por insistência e/ou persistência do movimento de mulheres, enfim, dispomos desta valiosa informação.

Agora sabemos que, além de terem disputado a vice-presidência da República, treze mulheres concorreram ao governo de seus estados, onze a vice-governadoras, dezesseis mulheres

partiram para uma vaga no Senado, 188 concorreram à Câmara Federal e 572 à Assembléia Legislativa. Entre titulares e suplentes, o número de mulheres que disputou esta eleição chegou a 869.

Como nunca ficamos sabendo com exatidão quem era mulher na eleição de 1989, era impossível analisar a evolução do número de inscrições encaminhadas por mulheres. Porém, hoje sabemos que chega a 7% o número de mulheres

Concorreram a vaga de governadora as seguintes mulheres:

- 1- Alagoas: Ângela Maria Moreira Canuto Mendonça, PDT, casada;
- 2- Ceará: Rosa Maria Ferreira da Fonseca, PSTU, solteira;
- 3- Distrito Federal: Maria de Lourdes Abadia Bastos, PSDB, separada;
- 4- Espírito Santo: Rosilda de Freitas, PDSB, divorciada;
- 5- Goiás: Lúcia Vânia, PP, casada;
- 6- Maranhão: Roseana Sarney Murad, PFL, separada;
- 7- Mato Grosso do Sul: Rita de Cássia Gomes Lima, PRN, separada;
- 8- Paraíba: Antônia Lúcia Navarro Braga, PDT, casada;
- 9- Paraná: Rosemeri Vieira Kreders, PRN, casada;
- 10- Rio Grande do Norte: Wilma Maria de Faria Maia, PSB, casada;
- 11- Roraima: Elvira Alzira da Fonseca e Silva, PT, solteira;
- 12- Santa Catarina: Ângela Regina Heizen Amin Helou, PPR, casada;
- 13- Sergipe: Vera Lúcia Sampaio Tourinho, PRN, solteira.

Concorreram como vice-governadoras:

- 1- Ceará: Maria Edlene Costa Lins, Prona, casada;
- 2- Distrito Federal: Arlete Avelar Sampaio, PT, solteira;
- 3- Minas Gerais: Albertina Cândida de Oliveira Almeida, PSB, viúva;
- 4- Pernambuco: Maria Jacilda Godoi Urquiza, PMDB, casada;
- 5- Pernambuco: Ana Lins e Siqueira Gomes, PSTU, casada;
- 6- Paraná: Emília de Salles Belinati, PTD, casada;
- 7- Rio Grande do Norte: Rosalba Ciarlini Rosado, PFL, casada;
- 8- Rondônia: Sônia Ercília Thomazini Lopes Balau, PFL, casada;
- 9- Rio Grande do Sul: Elizabete Rinck da Costa, PRN, casada;
- 10- São Paulo: Teresa Valdy Reto, Prona, solteira;
- 11- Tocantins: Zolmira Muhlbeier, Prona, solteira.

candidatas (869 inscritas) em relação ao total de 11.964 candidatos que disputaram as eleições do último dia 3 de outubro, em todos os níveis e considerando também as suplências.

Mesmo assim, a participação da mulher nas instituições políticas ainda é pequena. Em 1990, por exemplo, as mulheres ocuparam somente 6% dos cargos eletivos do Parlamento Federal. Para se ter uma idéia desta situação, que espelha o panorama internacional, dados da União Interparlamentar, organismo ligado a ONU, indicam que de 39.683 parlamentares no mundo, apenas 3.636 são mulheres, representando uma participação de apenas 9,16%.

Perfil do eleitor:

- 94,7 milhões de eleitores estão habilitados a votar;
- 8,5 milhões são analfabetos;
- 3,5 milhões têm curso superior completo;
- 25,3 milhões apenas lêem e escrevem o próprio nome;
- 26,1 milhões têm entre 25 e 34 anos, faixa etária em que se situa a maior parte do eleitorado;
- 2,1 milhões de eleitores têm entre 16 e 17 anos;
- 20,7 milhões de eleitores vivem em São Paulo, maior colégio eleitoral do país.

(Pesquisa da empresa Retrato publicada na Revista "Veja", nº 40, edição de 5/10/94.)

Estado civil

É interessante observar que não existe diferença significativa em relação ao estado civil das mulheres candidatas. O número de mulheres casadas é praticamente igual ao das mulheres separadas ou solteiras, havendo apenas um caso de viuvez. O registro desta informação torna-se importante quando

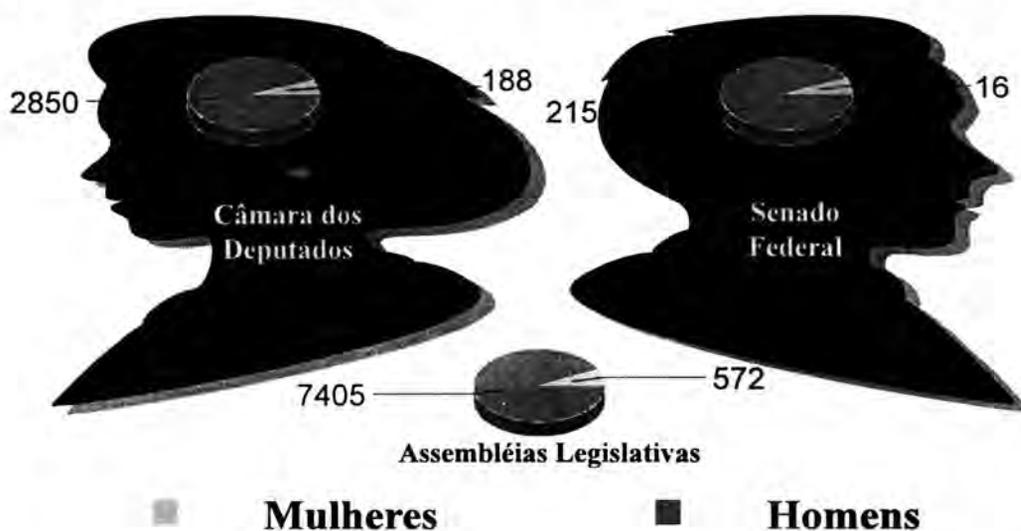
que, em geral não se responsabilizam pelas atividades domésticas, nem com o cuidado e a educação dos filhos, fato que se agrava quando as mulheres, de um modo geral, assumem quase que solitariamente as tarefas relativas aos filhos.

Depois de superarem tantos obstáculos, as mulheres, na vida política, enfrentam, ainda, a discriminação dentro

acredita que eleição seja "coisa de homem".

Com respeito e igualdade sabemos que esta realidade pode, e deve, ser transformada. Constituir família não é e nunca foi obstáculo para o pleno exercício da cidadania quando os direitos e deveres, públicos e privados são tratados com justiça nas relações de gênero. Homens e mulheres devem

Cadidaturas de homens e mulheres aos Poderes Legislativos Estaduais e Federal, no ano de 1994



sabemos que uma razão mais forte para vetar/impedir o ingresso da mulher na vida política é exatamente o exercício da tripla jornada de trabalho (doméstica, profissional e política), em franca desvantagem em relação aos homens

de seus próprios partidos, que se expressa nas convenções partidárias, quando a legenda, em geral, vai para os candidatos do sexo masculino. O gargalo definitivo é moldado pelo eleitorado, que formado na cultura discriminatória

trilhar o mesmo caminho na busca da igualdade, respeitando as diferenças. Precisamos expandir o número de aliados no Congresso Nacional – homens e mulheres – para assegurar justiça e respeito para todos.

Conferência do Cairo

Resultados foram bons

Apesar das restrições impostas pelos representantes do Vaticano e dos países muçulmanos, que tentaram limitar a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento a uma polêmica sobre aborto, o encontro pode ser considerado um sucesso. Realizada no Cairo, Egito, no período de 4 a 13 de setembro, a Conferência conseguiu consenso para traçar o Plano de Ação Mundial, que adota programas de planejamento familiar e orientação sexual para organizar o crescimento populacional – sem ferir a autonomia das nações, portanto, não é impositivo, conforme explicou o Conselheiro da Divisão das Nações Unidas no Itamaraty, Ernesto Rubarth. Atualmente a população do planeta é de 5,6 bilhões de pessoas e deverá ser de 7,2 bilhões no ano 2015.

Três mil e quinhentos delegados de 183 países participaram do evento. O Brasil, além da delegação oficial, chefiada pela Ministra do Bem Estar Social Leonor Franco, teve a coordenação do embaixador Geraldo Holanda Cavalcante e contou também com a participação das observadoras feministas, convidadas oficiais do governo brasileiro, Edna Roland, da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, Jacqueline Pitanguy, da Comissão de Cidadania e Reprodução e Rosiska

Oliveira, do Combatom. No Fórum Paralelo, formado basicamente por militantes de ONGs, estavam 21 brasileiras, entre elas Gilda Cabral, do colegiado do CFEMEA (*veja no quadro abaixo quem eram elas*).

O governo brasileiro manteve a posição defendida durante os encontros preparatórios à Conferência, de garantia aos direitos reprodutivos e a todas as questões que encontrassem respaldo na Constituição, como já havia afirmado o presidente Itamar Franco em carta enviada ao Papa João Paulo II, e de acordo com os documentos de orientação preparados pelo Itamaraty. Assim, em vários aspectos, a posição brasileira não foi coincidente com a do Vaticano, radicalmente contrário ao aborto, aos métodos “não naturais” de planejamento familiar e à educação sexual para adolescentes.

Embora o aborto ainda seja crime no Brasil de acordo com o Código Penal em vigor – que é de 1942, a legislação permite a interrupção da gravidez em dois casos: quando é resultado de estupro e quando representar risco de vida para a saúde da mulher.

Países considerados liberais – 40% das nações permitem a interrupção da gravidez até a 18ª semana gestacional, mantiveram a posição de que o aborto é uma realidade e que milhares de mulheres morrem todos os anos vítimas de abortos mal feitos ou de gravidezes de alto risco e que estas razões seriam suficientes para encarar o problema como um caso de saúde pública. Estes países, tal como a maioria, também concordam que o aborto não pode ser incentivado como método contraceptivo. Esta questão foi concenso entre os participantes.

O Plano de Ação também logrou êxito em relação aos migrantes – tanto os fluxos externos como internos, apesar das resistências colocadas, principalmente, pelos países da Europa. A proposta brasileira, no sentido de “incentivar a

reunificação das famílias migrantes”, não obteve consenso, mas foi aprovada uma solução intermediária, que contempla o Artigo 10 da Declaração Universal dos Direitos da Criança e, desta forma, possibilita que pais possam entrar ou sair de um país com o objetivo de reunificar a família.

Segundo dados do Banco Mundial (Bird), 20 a 30 milhões de pessoas deixam seus lares todos os anos à procura de novas possibilidades de vida e trabalho em países do Primeiro Mundo. Em 1992, existiam cerca de 100 milhões de migrantes, o equivalente a 2% da população mundial, vivendo longe dos seus locais de origem, 90% deles oriundos de países pobres.

Quanto a “soberania de cada nação”, para a implantação das recomendações do Plano de Ação, foi garantido o direito

soberano de cada país, respeitados os valores éticos e religiosos, para adotar e pôr em prática o documento preconizado pelas Nações Unidas. Além disto, foi reconhecido o direito da mulher como sendo um direito internacional e soberano.

Ao final da Conferência, a certeza do governo do Brasil de que há ainda muito para ser feito. Conforme o embaixador Mauro Couto, que integrou a delegação brasileira que participou dos encontros preparatórios à Conferência do Cairo, “o acesso à informação e aos

meios contraceptivos no Brasil, no geral, é um dos mais baixos do mundo. Cinco países, apenas, estão abaixo do Brasil e nós estamos no mesmo nível de acesso da Etiópia e de Uganda. Imediatamente abaixo de nós se encontra a Argentina, que tem uma antiga e tradicional política pró-natalista, depois vem Burna, Míamar, Iraque e Zaire. É muito deficiente a ação do Estado nesta área. Como o Estado não age, esta prevalência da contracepção é totalmente voluntária. É um desejo da sociedade brasileira, de homens e mulheres em idade reprodutiva e das famílias”.

"O direito da mulher é internacional e soberano".

Mulheres do Fórum Paralelo no Cairo (ONGs)

Bárbara de Souza- ISER/SP
 Cristina Cavalcanti- ARCA/RJ
 Edna Roland- Geledés/SP
 Eliana Potiguar- Grumin/RJ
 Fátima Mello- FASE/RJ
 Gilda Cabral- CFEMEA/DF
 Hoda Salamuni- CECF/PR
 Ione Silva- Faculdade de Teologia/SP
 Lena Araújo- Curumim/PE
 Lúcia Mello- CECF/PR
 Margareth Arilha- Ecos/SP
 Margareth Lopes- CIM/SP
 Maria Betânia Ávila- SOS Corpo/PE
 Maria José Araújo- Coletivo/SP
 Maria José Rosado- Católicas pelo Direito de Decidir/RJ
 Simone Diniz- Coletivo/SP
 Solange Zacache- REDEH/RJ
 Sônia Calió- CIM/SP
 Sônia Córrea- Ibase/RJ
 Thais Corral- REDEH/RJ
 Vera Mussi- CECF/PR

Os percursos do feminismo

Resoluções da
Conferência Internacional de População e Desenvolvimento
e o Debate Legislativo no Brasil.

Sônia Corrêa

Uma noite, quatro semanas atrás, no Hotel Shepherd, sobre a Corniche do Nilo, Gilda Cabral compartilhou comigo uma reflexão que parece fundamental resgatar como fio condutor deste artigo. Dizia ela: "Quem podia imaginar, em 1988 – no tumulto dos debates da Constituinte – que impedindo a inclusão do princípio de respeito à vida desde a concepção, na nova Constituição as feministas estavam criando bases sólidas para referenciar a posição brasileira no Cairo em 1994 e contribuir para redefinições de escopo global?". A fala de Gilda nos diz que nem sempre temos clareza acerca da projeção histórica de nosso fazer político cotidiano.

Sem dúvida, a posição brasileira no Cairo teve um peso fundamental no equilíbrio das negociações. No mesmo contexto de análise deve ser registrado que entre os países que fizeram reservas ao documento final da CIPD, vários tem gravado em suas Constituições o direito à vida desde a concepção. Incluem-se neste grupo Honduras, El Salvador, Equador, Paraguai, Peru e Malta. Vale dizer, porém, que a norma constitucional não significou sempre a única referência no posicionamento dos governos.

Tomando as Filipinas como exemplo, a inclusão do mesmo preceito (direito à vida desde a concepção) na Reforma Constitucional que ocorreu na década de 80 não fez com que a delegação filipina tomasse no Cairo uma posição alinhada com a Santa Sé e os demais países que levantaram reservas. Entretanto, como o Plano de Ação sublinha em muitas de suas seções o respeito às legislações nacionais, normas constitucionais e códigos penais de cada país irmão, sem dúvida, delimitar as possibilidades e os limites de sua implementação.

É também preciso reconhecer o caráter de dupla mão deste processo. A eficácia do Lobby do Batom no Brasil de 1988, como vimos, anos mais tarde se desdobraria positivamente na CIPD. No caminho de volta o desafio é, portanto, o de aprimorar a legislação brasileira a partir dos conceitos e diretrizes aprovados no Cairo. Isto exige, por parte do movimento feminista brasileiro, um esforço de análise consistente e ágil do Plano de Ação. Ela

deve abranger todos os aspectos tratados pelo documento final, mas é possível examinar aqui, de maneira breve, dois pontos críticos.

O parágrafo 8.25 do novo Plano de Ação – que foi exaustivamente debatido desde o III Prepcom e Nova York – afirma que o aborto não deve ser promovido como método de planejamento familiar. Entretanto também reconhece o aborto inseguro como um grave problema de saúde pública e recomenda que:

"As mulheres em situação de gravidez indesejada devem ter acesso facilitado a informações confiáveis e aconselhamento com compaixão... Em todos os casos as mulheres devem ter acesso a serviços de qualidade para tratamento das complicações resultantes do aborto".

O reconhecimento no plano internacional, pelo sistema ONU, do aborto como problema de saúde pública pode, por exemplo, incidir de maneira positiva nos debates envolvendo a reforma do Código Penal Brasileiro. Com relação às demais recomendações caberia analisar, com mais atenção, se elas constituem, ou não, objeto de reforma legislativa. De qualquer modo elas deveriam balizar, o mais rapidamente possível, as normas e procedimentos adotados pelos serviços de saúde. Ou seja passa ser "internacionalmente inaceitável que as mulheres que abortam sejam tratadas desrespeitosamente nos hospitais públicos e privados.

O segundo ponto a ser avaliado diz respeito ao "planejamento familiar".



Sônia Corrêa, explica os debates registrados na Conferência sobre População e Desenvolvimento

Desde a década de 80 o feminismo brasileiro vem questionando tanto o significado político desta terminologia, afirmando que elas estão contaminadas pela história das políticas controlistas e que, de fato, não responde às necessidades contraceptivas de sujeitos individuais que nem sempre estão inseridos em "famílias". No processo de preparação da CIPD, estes questionamentos foram introduzidos na agenda de debates, mas não foi possível expurgar definitivamente a terminologia convencional. No novo Plano de Ação, porém, o planejamento familiar é tratado sempre de maneira articulada, subordinada à matriz mais ampla de saúde e direitos reprodutivos.

Mais importante ainda, ao meu ver, é a legitimação definitiva do conceito de direitos reprodutivos, tal como definido no parágrafo 7.2, que reitera o princípio da decisão individual. Isto implica a definição de estratégias políticas ágeis no sentido de incorporar a nova concepção à linguagem jurídica brasileira. Como bem sabemos a atual formulação constitucional ainda se faz em termos de planejamento familiar. Sei bem que o artigo referente ao tema na Constituição de 1988 apenas acaba de ser aprovado na Câmara. Entretanto, o salto de qualidade na linguagem aprovada por 180 países no Cairo deve nos inspirar a novas ousadias, como aquelas que alimentaram nossa intervenção no processo constituinte entre 1986 e 1988.

* Coordenadora da área de elaboração e ação política do IBASE.

Mobilização

Projetos de lei no Congresso

As eleições gerais de 3 de outubro passaram e, com elas, o trabalho corpo-a-corpo dos parlamentares que disputaram a reeleição e precisaram se afastar do Congresso Nacional para conquistar, em seu Estado de origem, o voto do eleitor. Agora, falta pouco para o recesso de final de ano, mas ainda há tempo para encaminhar e aprovar vários projetos do interesse do movimento de mulheres, evitando o risco de serem arquivados definitivamente ao término do mandato legislativo. Este foi um ano atípico. Com o processo da "revisão constitucional", no primeiro semestre, o trabalho do Congresso, no que se refere à apreciação de matérias, foi extremamente lento. Porém, o movimento de mulheres, como sempre, continua mobilizado para que ainda sejam votados projetos de lei considerados prioritários. Precisamos estar atentas às pautas das Comissões e participar de todo este processo, já que as reuniões, normalmente, são públicas.

O Projeto de Lei sobre **Planejamento Familiar** é uma das matérias que podemos ver aprovada ainda este ano.



Deputadas Benedita da Silva e Maria Luiza, autoras de vários projetos.

Protocolado como PLC 114/94 no Senado (PL 209/91 é o número de origem na Câmara), esta matéria, depois de aprovada na Câmara dos Deputados, está tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal e tem como relator o senador Amir Lando (PMDB/RO). Representantes do movimento de mulheres já conversaram com o senador e obtiveram a informação de que o PLC 114/94 pode ser apreciado na Comissão ainda neste mês de outubro.

Outro projeto importante é o PLC 41/91 (PL 1626/89 é o número de origem na Câmara) que regulamenta o **emprego doméstico**. A matéria está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal mas ainda não tem previsão para ser incluída em pauta. O relator do projeto é o senador Jonas Pinheiro (PTB/AP), o mesmo que relatou a matéria também na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), dando parecer contrário ao interesse da categoria, que considera como trabalho doméstico, entre outros itens, o serviço prestado na administração residencial que não importe benefício econômico para o empregador; sendo trabalhador/a doméstico/a aquele/a que presta serviços de auxiliar da administração residencial de natureza contínua e não lucrativa.

Sabe-se que o parecer do relator, novamente, não atenderá à expectativa da categoria. Duas representantes da Associação dos Empregados Domésticos estiveram com o senador Eduardo Suplicy (PT/SP) e solicitaram que ele peça vista à matéria, apresentando um texto substitutivo que atenda aos interesses da categoria. Se tal ocorrer, a matéria poderá ser apreciada até o final do ano.

Mais um tema urgente aguardando apreciação diz respeito à **união estável**. Protocolado no Senado Federal como PLC 84/94 (PL 1888/91 na origem) o projeto está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e tem como relator o senador Wilson Martins (PMDB/MS). Representantes do movimento de mulheres conversaram com o senador e ele informou que a matéria deverá entrar em pauta para votação, na Comissão, este mês, e o texto correspondente às reivindicações do movimento.

Ainda no Senado Federal, registrado como PLC 118/94 (PL 3692/93 na origem) encontra-se o projeto que obriga a rede hospitalar pública realizar, gratuitamente, o **exame de DNA** para investigação/determinação de paternidade ou maternidade. A intenção do relator da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) senador Carlos Patrocínio (PFL/TO), é aprovar o texto tal como ele foi votado na Câmara dos Deputados, contemplando o interesse do movimento de mulheres.

Na Câmara, tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o PL 3381/92 que tipifica e criminaliza a **violência familiar**. O relator da matéria é o deputado Edésio Passos (PT/PA) que, ainda este mês, deve apresentar parecer favorável ao projeto das coautoras: deputadas Maria Luíza Fontenelle (PSTU/CE), Maria Lauda (PT/DF), Etevalda Menezes (PTB/ES), Jandira Feghali (PC do B/RJ), Socorro Gomes (PC do B/PA) e Marilú Guimarães (PFL/MS).

Outros projetos

Também estão sendo acompanhados pelo movimento de mulheres os seguintes projetos:

1- Proposta que legisla sobre a "capacidade jurídica da mulher", resgatando o papel da mulher nas suas relações com a família, especialmente com os filhos e o cônjuge e conferindo ao pai e à mãe, igualmente, o pátrio poder, além de alterar o Código Civil para que a mulher tenha o direito de administrar seus próprios bens.

2- Projeto que estende à mãe adotante o direito à licença maternidade; deve ser votado em regime de urgência pelo Plenário da Câmara.

3- Está no Senado projeto que proíbe a exigência de atestado, exame, declaração ou qualquer outro procedimento relativo à esterilização ou estado de gravidez.

4- Projeto penalizando os atos de assédio sexual. Tramita nas Comissões da Câmara dos Deputados.

5- Projeto que transfere para a Parte Especial do Código Penal, que trata dos crimes contra a pessoa, os crimes contra a liberdade sexual, tirando-os do título relativo aos crimes contra os costumes.

6- Na Câmara também está tramitando projeto que determina a criação de berçários em estabelecimentos penais para que as mães presidiárias possam amamentar seus filhos.

7- No Senado, aguarda apreciação projeto que proíbe qualquer forma de revista íntima nas trabalhadoras.

Pequim

Encontro Paralelo

O Fórum Paralelo de Mulheres da América Latina e do Caribe, realizado na cidade de Mar del Plata, na Argentina, reuniu de 20 a 24 de setembro, cerca de 1.200 mulheres de todos os países do continente, que discutiram os três temas básicos que também serão objeto de análise durante a Conferência Internacional de Pequim, convocada pela ONU para o próximo ano. Foram os seguintes painéis: Democracia e Cidadania; Violência contra a Mulher; e Modelo e Desenvolvimento e Impacto das Políticas de Ajuste Estrutural na América Latina e Caribe, os trabalhos do Fórum de ONGs foram dirigidos da Coordenadora das ONGs da América Latina e do Caribe, Virgínia Vargas, com a participação de Supatra Masdit, Coordenadora do Fórum de ONGs para a Mulher/Pequim'95, e por Ana Falu, do Comitê Facilitador e Coordenadora da Argentina e do Cone Sul, que participaram da mesa de abertura dos trabalhos.

O Fórum de Mar del Plata debateu e propôs ações para solucionar os problemas enfrentados pelas mulheres das cinco sub-regiões envolvidas: Cone Sul, Brasil, México, América Central e Caribe. Com exceção do Brasil, as representantes das outras quatro sub-regiões apresentaram documentos contemplando a realidade em que vivem. O documento do movimento de mulheres do Brasil ainda está em fase de elaboração e será submetido à apreciação em encontro marcado para os dias 29 e 30 de outubro em Maceió.

Simultaneamente à apresentação destes painéis, foram realizados 44 workshops. Entre eles, destacamos: "Mulheres Negras Latino-Americanas e Caribenhas – Balanço e Perspectivas para o III Milênio", realizado pelo Geledés e pela Articulação de Mulheres Negras do Norte e Nordeste,

ambos do Brasil. Deste trabalho também participaram as brasileiras do ISER, UNEGRO e MNU, além de representantes de organizações de mulheres negras do Equador, Uruguai, Bolívia, República Dominicana, Peru e Haiti. Com este painel foi possível, mais uma vez, visualizar a discriminação racial vivida pelas mulheres negras, o que é um forte obstáculo para a conquista da igualdade, do desenvolvimento e da paz, como propõe a Conferência de Pequim.

No final do encontro, o Fórum elaborou um documento onde é concebida uma nova forma para a cidadania. De acordo com o documento, que será remetido para o Fórum Paralelo de Pequim, China, a cidadania é democrática e aponta para a eliminação das discriminações sexuais, étnico-raciais ou por opção sexual, incluindo a diversidade de expressões e realidades das mulheres da América Latina e do Caribe. Como era de se esperar, o Fórum também constatou que a maioria da população pobre é composta por mulheres, muitas delas desempregadas. Mesmo assim, pode apontar avanços, como a Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, assinada por todos os países do continente.



Pequim

Encontro Oficial

A delegação oficial do Brasil presente à Conferência em Mar del Plata foi chefiada pela Embaixadora Tereza Quintella. Ela teve um papel destacado na definição do Plano de Ação Regional, defendendo diversas propostas apresentadas pelo Fórum de ONGs, e aperfeiçoou o Plano de Ação preparado pelo CEPAL, contribuindo para que o documento regional retratasse a realidade latino-americana e caribenha, além de traçar linhas estratégicas para romper com a situação de desigualdade nas relações de gênero.

A delegação brasileira contou também com representantes do Comitê Nacional, entre eles o Ministro José Augusto Lindgren, a diplomata Márcia Adorno, Maria Tereza Augusti, do Fórum Nacional de Presidentas de Conselhos, e Herilda Balduino, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, além das consultoras Luíza Eluf – relatora do documento que está sendo elaborado pelo governo brasileiro, Sílvia Pimentel, Heleieth Saffioti e Leila Linhares, bem como duas representantes da Articulação de Mulheres Brasileiras para o Fórum Paralelo Beijing '95 – Schuma e Vera Soares. Também do Brasil, mas credenciadas como ONG na Conferência Regional de Mar del Plata, representantes do CFEMEA e do Geledés.

O texto apresentado pela Embaixadora Tereza Quintella, no encontro, reflete muitas das preocupações do movimento de mulheres.



Ministro Lindgren integrou equipe do Itamaraty que participou do encontro.

Pequim

Plano de Ação

A Conferência oficial de Mar del Plata, também para discutir as propostas que serão levadas à Pequim, aconteceu de 25 a 29 de setembro, e totalmente composta por mulheres, ao contrário do que aconteceu há 10 anos, em Nairóbi, quando no momento das deliberações, subitamente, o plenário foi substituído por homens. O documento básico para as discussões, o Plano de Ação, foi basicamente elaborado pela CEPAL que fará um levantamento das propostas encaminhadas à mesa pelas delegações presentes ao encontro, redigindo um documento único.

As delegações presentes à Conferência aprovaram as linhas estratégicas e os objetivos propostos no Plano de Ação apresentado pela CEPAL, mas não houve tempo para deliberar sobre a forma que estas propostas poderão ser implantadas. Por esta razão, foi agendada uma nova reunião, no final do mês de novembro, em Santiago, Chile, quando as representantes das delegações irão discutir a íntegra do documento.

Antes disto, em 30 de outubro, para que o processo ocorra de modo democrático, a CEPAL remete o documento preliminarmente discutido em Mar del Plata às representantes das delegações que participaram da Conferência para que ser amplamente analisado. Encerrada esta etapa, as delegações têm prazo até o dia 15 de novembro para enviar suas observações e sugestões para a CEPAL que, então, preparará o documento final que será apreciado no Chile. Estas propostas também serão discutidas em Nova Iorque, quando será realizada a última reunião Preparatória à Conferência de Pequim'95 -IV PrepCom.

Os documentos da CEPAL, do Fórum de ONGs e da Cooperação Internacional, apresentados na Conferência Regional da América Latina e Caribe, estão sendo remetidos pela Articulação de Mulheres Brasileiras para o Fórum Paralelo Beijing'95 às representantes da Articulação em cada estado do país.

No dia 30 de outubro, a CEPAL remete o documento para as delegações de pronunciarem e, até o dia 15 de novembro estas delegações têm de dar retorno sobre suas observações. No final do mês de novembro, haverá uma reunião extraordinária em Santiago, Chile, para finalizar o texto. As propostas apresentadas também serão discutidas em Nova Iorque, quando será realizada a última reunião Preparatória à Conferência de Pequim'95 -IV PrepCom.

Mais informações sobre os resultados da reunião oficial de Mar del Plata serão publicadas, em detalhes, na próxima edição do informativo Pequim'95.

Maceió

Reunião nacional

Nos próximos dias 29 e 30 de outubro acontece em Maceió, Alagoas, a reunião do Comitê da Articulação Nacional de Mulheres Brasileiras para o Fórum Paralelo de Pequim'95. A pauta do encontro é ampla e, na ocasião, será apresentado o texto base preparado pelas mulheres de São Paulo que participaram do encontro realizado dias 13 e 14 de agosto em Brasília. Trata-se de uma versão preliminar que segue roteiro proposto pelo Fórum de Mulheres de Pernambuco.

Organizado pelo Fórum de Entidades Autônomas de Mulheres de Alagoas, o encontro de Maceió, além de discutir o documento, analisará os meios e formas da distribuição de informações pela Articulação Nacional para que o movimento de mulheres, em todo o país, receba informes sobre os eventos de interesse do movimento e esteja apto para intervir.

O texto aprovado nesta ocasião, preparado pelas mulheres de São Paulo, será amplamente divulgado para discussão e reformulação pelas organizações de mulheres. Este documento será novamente apreciado em Porto Alegre, em reunião ainda sem data definida. E, dias 15 e 16 de abril de 95, no Rio de Janeiro, estado escolhido para sede da Conferência de Mulheres do Brasil para Pequim'95, haverá novo encontro do movimento.

INFORMES

1- O Geledés- Instituto da Mulher Negra, avisa que cópias com as conclusões do II Seminário Nacional de Mulheres Negras, realizado no mês de setembro em Salvador, Bahia, podem ser obtidas com Valdeci Nascimento, da Articulação Norte/Nordeste. Contatos neste sentido podem ser feitos através do telefone (071) 240.9695. O Geledés foi um dos organismos participantes do Seminário, através de Sueli Carneiro e de Nilza Iraci, que falaram sobre "Identidade racial" e "Violência e discriminação", respectivamente.

2- Está marcado para o período de 8 a 12 de abril do próximo ano o III Congresso Latino Americano de Ciências Sociais e Medicina, em Atibaia, São Paulo, organizado pelo Centro de Pesquisa das Doenças Materno-Infantis de Campinas. As inscrições podem ser feitas através de correspondência enviada para: Dr^a Ellen Hardy, CEMICAMP, Caixa Postal 6181, CEP 13081-970, Campinas, SP. Fones para contato: (0192) 39.2856 e 39.3004; fax (0192) 39.2440.

EXPEDIENTE

CFEMEA - CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ACESSORIA
SCN, Ed. Venâncio 3000, sala 802 - Brasília, DF

Telefone: (061) 225-1664

Fax: (061) 225-2336

Projeto - DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA

Equipe responsável:

Marlene Libardoni, Gilda Cabral, Guacira César de Oliveira, Iáris Ramalho Cortés e Malô Ligocki.

Conselho Consultivo:

Parlamentares: Deputada Benedita da Silva, Jandira Feghali, Luci Choinacki, Maria Luiza Fontenele, Marilu Guimarães, Rita Camata, Sandra Starling e Socorro Gomes. Deputados José Genoíno e Nelson Jobim. Senadora Mariuce Pinto e Senador José Paulo Bisol.

Feministas: Dóris Louise de Castro Neves, Florisa Verucci, Gilse Conzenza, Heleith Saffioti, Lidice da Mata, Marah Régia, Maria Berenice Godinho Delgado, Maria Bethânia de Melo Ávila, Maria Tereza Augusti, Rosiska Darcy de Oliveira, Sílvia Pimentel, Sueli Carneiro e Zulaiê Cobra Ribeiro.

Comitê de Especialistas:

Ana Maria Costa, Dóris Louise de Castro Neves, Eleonora Menecucci de Oliveira, Elizabeth Garcez, Florisa Verucci, Isabel Grein, Leilah Borges da Costa, Márcia Camargo, Maria do Carmo Menezes, Maria do Socorro Jô Moraes, Paola Capelin Giuliane, Sarah Sorrentino, Sílvia Pimentel, Sônia Corrêa e Sueli Carneiro.

Conselho Editorial: Guacira César de Oliveira, Malô Ligocki e Marlene Libardoni.

Jornalista: Márcia Turcato Reg. 4553/15/91 RS

Composição e Arte Final: Luis Gustavo Pedroza

Impressão: Correio Braziliense

Apoio: FUNDAÇÃO FORD, FUNDAÇÃO MAC ARTHUR e UNIFEM.